

## Discurso Final

### (Plano e Orçamento - 2013)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Este é o 17º orçamento dos governos socialistas, que começaram a governar os Açores no já longínquo ano de 1996. Iniciaram o seu governo no período de maior abundância conhecido por este país desde os tempos do Rei D. João V. Nestes 17 anos, o orçamento dos Açores recebeu três vezes mais dinheiro do exterior do que nos vinte anos anteriores. Nunca tão poucos, e em tão pouco tempo, gastaram tanto.

Em todos estes anos de abundância, o Rei-Sol que nos governou satelizou a sociedade açoriana, tendo apenas revelado duas preocupações governativas: ganhar eleições e aparafusar-se no poder.

O resultado de tudo isto foi uma orgia de cimento e a construção de uma administração regional babilónica ao serviço do partido governamental. Partido e administração regional fundiram-se ao melhor estilo dos regimes corporativos e não democráticos.

Chegaram, depois, os tempos intermédios. Aqueles que se situam entre o esbanjamento e o início da decadência. O tempo em que teria sido possível inverter o caminho e começar a governar com racionalidade os Açores, olhando para o futuro. O tempo em que o condutor poderia ter travado a fundo e evitado o abismo que já se antevia. Mas não! Os socialistas regionais não estavam preparados para parar as derrapagens milionárias das obras públicas, a expansão do aparelho tentacular do partido e a sangria de dinheiro público na inutilidade e na ostentação.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Esses foram os tempos em que chegaram os superávits orçamentais de opereta, que o regime anuncia todos os anos com pompa e circunstância, tal como o fez durante tanto tempo um velho professor de Coimbra. Trata-se do tal equilíbrio orçamental que o regime consegue obter empurrando as contas da saúde para fora do orçamento e utilizando o setor público empresarial como recetor da dívida que é da Região, mas que não é do orçamento regional. Um truque escapista de Houdini que, no fundo, em nada se diferencia da situação do indivíduo que paga o almoço, mas remete sempre a conta do jantar para o testamento do herdeiro.

Assim se chegou, de ilusão em ilusão, à realidade brutal com que se confronta a Região nos nossos dias. Uma conta para pagar na saúde que ascende a qualquer coisa como 1100 milhões de euros. Um terço do valor global a que ascende a dívida nacional da saúde – repito, 1/3 do valor da dívida do sector nacional da saúde - embora a população do território continental some nove milhões e meio de habitantes e a população açoriana contabilize apenas 250 000 habitantes.

Tudo isto apesar dos socialistas terem partido com o conta-quilómetros a zero, pois o Governo da República absorveu todo o passivo anterior. Os socialistas regionais foram, assim, os primeiros, desde os tempos em que Adão habitou o Paraíso, a ter a oportunidade de viver sem o peso do pecado original. Apenas dezassete anos depois, a macieira já só tem caroços, embora o Adão socialista ainda tenha todas as costelas.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Nestas circunstâncias tão dramáticas, quem nos governa?  
Governa-nos um Governo Regional que é um acidente trágico da



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

História. Um Lázaro que o Passos Coelho e o Vítor Gaspar resgataram com a célebre máxima: que se lixem as eleições. E lixaram!

Foi isso, e apenas isso, que logrou insuflar um derradeiro sopro de vida a um Governo Socialista decrépito e mais gasto que a pasta medicinal couto. Um César sabe sempre quando as coisas se acabam: o fim chega sempre que as portas do Coliseu se fecham e as padarias deixam de abrir de madrugada. Ele certamente não contou com as trágicas carambolas que a História por vezes nos reserva. Afinal, o Bush júnior chegou a Presidente dos Estados Unidos e o treinador do Benfica deu uma aula na Universidade. Os mistérios do Senhor são, de facto, insondáveis.

Seja como for, aqui temos o 5º Governo socialista e a verdade é que este Governo produziu, como lhe competia, um Orçamento e um Plano. Dado o desvelo com que os 4 governos socialistas anteriores torraram o maior fluxo financeiro da nossa História, a tarefa - é justo que se reconheça - não é fácil, embora as contas sejam simples de fazer.

São mais ou menos assim. Como somos a região autónoma mais dependente da Europa, o governo alocou toda receita dos nossos impostos ao pagamento das despesas de funcionamento do monstro administrativo que os socialistas criaram. O drama é que as nossas receitas próprias só representam 40% do orçamento e só pagam 80% das despesas de funcionamento. O moral da História é que se a Ângela Merkel conseguir mesmo dar cabo da União Europeia e o Vítor Gaspar fizer o mesmo ao que resta da economia portuguesa, a nossa situação tornar-se-á insustentável.

Dezassete anos de governos socialistas agudizaram a principal fragilidade do nosso sistema autonómico: a nossa enorme dependência face ao exterior.

No que diz respeito aos outros 60% do nosso orçamento, as coisas também não são difíceis de descrever. Com esse dinheiro o Governo socialista paga os 20% das despesas de funcionamento que estão a



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

descoberto, paga as derradeiras megalomanias dos governos anteriores como a deserta SCUT de São Miguel, o mastodôntico Hospital de Angra do Heroísmo, a faraónica Biblioteca de Angra do Heroísmo e o intangível Centro de Arte Contemporânea de São Miguel. Os pozinhos que restam são distribuídos em mais 35 milhões de cimento e betão para as escolas e mais umas quantas bizzarras.

No que diz respeito às ilhas de coesão, os tempos são de pão e de água: para a ilha do Corvo, o Governo contempla uma redução de 53% do orçamento, algo que cheira a uma espécie de castigo por se terem atrevido a eleger um deputado do PPM. A Graciosa também leva para casa uma redução de 30% para aprender a não ser desmancha-prazeres no roteiro das épicas vitórias socialista. O resto é um rosário de péssima planificação e desperdício.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

E poupanças? Temos poupanças? Claro que temos! Na democracia, por exemplo. Soube-se ontem como se pensa poupar no funcionamento das escolas. É simples e barato. Os parlamentos das escolas, também chamadas assembleias como esta casa, serão, pura e simplesmente, extintos. Podem então os mais afoitos perguntar como se passariam a eleger as comissões executivas provisórias que resultarem do saneamento político de um qualquer membro do conselho executivo que não seja partidariamente obediente. Um presidente do conselho executivo que tenha, por exemplo, levado a tribunal e impedido a colocação, sem concurso público, de um coordenador local da juventude socialista.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Este pode ser um comportamento grave, tal como estar no caminho de dois ou três candidatos socialistas que utilizam a calúnia para fazer caminho porque não conseguem ganhar as eleições numa escola. Uma calúnia que não se detém sequer na agressão brutal ao carácter de uma criança de doze anos. Isto pode acontecer e acontece em sistemas pidescos e fascistas. Em sistemas repugnantes.

Nos tempos do Santo Ofício, os inquisidores arranjavam todos os testemunhos que quisessem à luz da cobardia e do anonimato. É fácil acusar sabendo que não se será responsabilizado criminalmente pelas calúnias. É fácil caluniar nesta Região com o apoio de um Governo Regional que está ao lado dos caluniadores e daqueles que rastejam nos esgotos da ignomínia e da cobardia.

O que acontece com a extinção das assembleias de escola é que passa a ser o Governo Regional a fazer a nomeação partidária das comissões executivas das escolas, tal como sucedia no regime salazarista. É esta a proposta da Diretora Regional de Educação.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A outra estratégia deste Governo é o controlo político das nossas decisões e das nossas consciências. Aquilo de que quem não salta, não é cá da malta. É preciso manter a coragem e dizer não, quando essa for a nossa vontade. Resistir a qualquer tipo de ameaça e de insulto e mostrar que estamos prontos a lutar pela nossa liberdade e dignidade em todas as circunstâncias. Que nos levantaremos da nossa cadeira quando formos ofendidos e que nunca viraremos a cara à luta. Nunca derrotarão a nossa consciência e nunca derrotarão a nossa liberdade.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Viva a liberdade nos Açores!

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão